



Glábia Soraia Andrade Silva (Coletiva Caiana) // SP, Brasil “A Menina é uma pintura inspirada em toda a Singularidade e Pessoaalidade que uma Educação, verdadeiramente Emancipatória e centrada nos fazeres, saberes e sentimentos, pode oferecer. A cor de seus cabelos, suas mãos tão diferentes e a felicidade contidas em sua expressão vívida evidenciam o quão especial e importante é perceber-se como Ser Humano plenamente entronizado consigo mesmo, de modo não-fragmentado, mas holístico, respeitando e sendo respeitado por quem se é, tendo, ainda, a Diversidade, a Sensibilidade, a Construção de sua própria história como marco identitário e político, desnaturalizando, assim, o preconceito e a desigualdade explicitados pelo Colonialismo. Ao realizar esta feitura, procurei exprimir todo o legado que aprendi e tenho aprendido, nestes 23 anos de Magistério, junto a todos e todas as estudantes que comigo estiveram e ainda estão nas Redes Públicas, com crianças, jovens e adultos. A Menina é um convite a combater a Desigualdade e a Esperançar, com certeza.”

Língua central e língua periférica: Por saberes e práticas fonoaudiológicas emancipadoras

Ana Carolina Keil¹

Resumo // A partir de um resgate histórico da língua no Brasil, passando pelas influências histórico-culturais na construção e consolidação das variedades linguísticas brasileiras buscamos entender a prática clínica fonoaudiológica. Essa profissão é fundada como ferramenta para a sustentação da dominação burguesa sobre a classe trabalhadora por meio da língua. Por isso devemos nos forjar a construir uma fonoaudiologia que traga movimento por meio do diálogo como diz Paulo Freire, em que o profissional não seja o provedor da cura do sujeito que o demanda, mas que paciente-protagonista, juntamente com trabalhadores da linguagem encontrem os melhores caminhos para a libertação da língua, dos discursos e dos saberes e práticas historicamente colonizados.

Palavras-chave // Fonoaudiologia; variedade linguística; Paulo Freire.

1 Ana Carolina Keil, fonoaudióloga pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná, militante do Levante Popular da Juventude, secretária geral da União Paranaense de Estudantes, colunista do Jornal Brasil de Fato Paraná, artista e poeta. Tem estudos na área de língua brasileira e linguagem.

1. Introdução

Vinda do Sudoeste paranaense para o Centro-Oeste do Estado, com sotaque de gente criada no campo, chego à universidade. Primeira a ingressar no ensino superior público da família, primeira a ter acesso ao que é direito do povo, embora nossa Constituição de 88 não deixe isso claro em seu texto. A cada apresentação na primeira semana de aula percebia as expressões e reações das colegas no meu “dizer cantarolado”, como elas mesmas diziam. Não eram só elas, meu lugar era de desconforto, não só no que se refere à aparência, isto é, ao meu modo de falar, ao que é facilmente visível, perceptível; mas também à essência - quais as influências históricas envolvidas no meu modo de falar, como, quando e onde me constituo, quais as experiências vividas até então, isso situado numa conjuntura política, econômica e cultural. E é sobre isso que me disponho a construir junto com várias outras mãos e mentes: quais as implicações históricas que perpassam a língua falada pelo povo brasileiro? Como essas implicações decorrentes da variedade linguística são compreendidas pela fonoaudiologia na contemporaneidade? E por fim, de que modo delineiam os saberes e práticas fonoaudiológicas?

O primeiro passo desse trabalho é compreender a relação dialética constitutiva entre linguagem, sujeito e mundo (BAKHTIN, 2010), com o objetivo de dar subsídios para analisar a prática fonoaudiológica, contextualizando os aspectos históricos, políticos, econômicos em que essa atuação se estabelece, compreendendo-a enquanto uma prática política e ideológica, já que são estes os profissionais demandados em situações em que a língua e/ou linguagem são entendidas em seu âmbito patológico.

A atividade linguística é uma atividade social na perspectiva bakhtiniana, ela se constitui como atividade significativa não como mero reflexo da realidade material, mas por meio da experiência ativa e cambiante com essa concretude do mundo, e é a partir dela que se constitui o sujeito, na mesma medida que altera a realidade.

Segundo Franchi (1977) linguista, advogado e político brasileiro, a linguagem para além de *ser para* a comunicação, *é para* a elaboração; antes de ser mensagem é construção de pensamento, é processo de criação no qual se organizam as experiências. Desta forma, compreendemos que a linguagem permite a intervenção com o mundo não apenas como instrumento de inserção entre sujeito e outros corpos, mas como instrumento de intervenção e da dialética com o mundo,

levando-nos a considerá-la como um trabalho de construção coletiva e um sistema simbólico que permite operar sobre a realidade.

A partir disso, podemos afirmar que a língua é elaborada no processo de interlocução, construindo e reconstruindo a si durante a própria atividade linguística com o outro, logo, com o mundo. Por isso, a língua não é um sistema fechado, pronto e acabado para que possamos nos apropriar e dominá-la. No próprio ato de falarmos e pela forma na qual o fazemos, nos colocamos como participantes do processo de construção da língua e do mundo (GERALDI, 1999).

Considerando que a linguagem permite a intervenção do sujeito no mundo, a relação com o outro e consigo mesmo, o próximo passo é compreender que nem todo sujeito tem a mesma “legitimidade” para intervir na realidade. Para Bakhtin (2010), o conteúdo e o teor do enunciado variam a depender do/a interlocutor/a e variam ainda, a depender da relação hierárquica entre os/as interlocutores/as, ou seja, o poder social agregado a cada interlocutor/a na relação dialógica é definitivo. Cabe portanto destacar que, nesse sentido e em consonância com Bagno (2003), as pessoas excluídas do poder político e econômico também são excluídas de poder falar.

Ao falar de língua e linguagem em nosso país, é necessário que se compreenda e dimensione, portanto, o abismo existente entre grupos (desigualdade social) e o quanto isso afeta sua inserção e escuta no/do mundo. Este fator acerca de *quem* enuncia o mundo é determinado por quem tem mais poder, e *o que* define quem tem mais poder são as estruturas que constituem e organizam nossa sociedade: o patriarcado, o racismo e o capitalismo, entre outros aspectos. Heleieth Saffioti (1987), militante brasileira, socióloga marxista e professora, em seu livro intitulado “O poder do macho”, constrói essa interpretação das estruturas de opressão-exploração da realidade brasileira. O texto aponta quem são os sujeitos beneficiados pela simbiose patriarcado-racismo-capitalismo, considerando que, segundo a autora, não podemos analisar cada estrutura separadamente no Brasil, mas que dado o processo de emergência do capitalismo no nosso território, essas três estruturas se fundem em uma só, garantindo que o único beneficiado seja o homem branco burguês.

Com base nisso, podemos compreender o que determinou que falássemos hoje o português e não tupi ou tupinambá, como ocorreu na maior parte do período colonial no Brasil (BAGNO, 2003). Não eram e nem são os povos nativos e as pessoas negras as detentoras do poder, e sim a Coroa Portuguesa, branca e europeia. Essa tese de Saffioti (1987) contribui ainda para que entendamos com

mais nitidez aquilo que Bakhtin afirma em seu livro “Marxismo e Filosofia da Linguagem” (2010), que “a palavra é a arena onde se desenvolve a luta de classes, ou seja, na linguagem também há luta de classes, o poder social agregado ao signo vai variar de acordo com quem é o enunciador e do contexto que se enuncia”.

Durante a colonização das nossas terras e das nossas culturas, povos originários e africanos/as da diáspora no Brasil, foram condicionados a estabelecer uma nova língua portuguesa que trariam na sua pronúncia as raízes dos novos falantes. Sob estas circunstâncias, constituímos o pretuguês (GONZALEZ, 1984) fazendo o próprio colonizador questionar o sentido de sua língua. Bell hooks (2013), militante negra seguidora teórica de Paulo Freire professora estadunidense, refere sobre este processo nos EUA, em que os africanos e africanas transportados abruptamente para o país em contexto linguístico nunca visto antes se viram forçados/as a construir um novo modo de falar para a consolidação de uma solidariedade política necessária para resistir.

É sob estas condições de imigração forçada e escravização, de dominação de povos nativos, e mais tarde, pelo montante de imigrantes que chegaram ao país logo após a abolição, durante a Primeira República, com promessas de terras e trabalho (PRADO JUNIOR, 1942), que se constituíram as variações e variedades linguísticas (reinvenções da língua padrão). Faraco (2005) ressalta que a língua humana é um conjunto de variedades, ou seja, o português brasileiro é resultado de contínuos processos históricos aqui vividos.

No entanto, o que tem sido construído e sustentado até os dias atuais no campo científico e acadêmico, são produções que buscam delimitar as distâncias estruturantes entre a “língua culta” e as “variações linguísticas” (SOUZA e CARVALHO, 2017), caracterizando e hierarquizando aquilo que é culto como algo estudado e organizado a partir de regras gramaticais versus aquilo que desvia: as variações da língua, apreendendo-as no campo da informalidade, como algo menos complexo, desorganizado e fluido.

Já na área da saúde, mais especificamente na fonoaudiologia, a variação linguística é compreendida como um desvio, como algo que precisa ser “suavizado”, “neutralizado”, nos remetendo ao processo de surgimento da fonoaudiologia no Brasil. Ana Paula Berberian, fonoaudióloga brasileira, doutora em história e pós-doutoranda em linguística, em seu livro “Fonoaudiologia e Educação: um encontro histórico” (1997), descortina o processo social em que se deu a constituição da fonoaudiologia. Em seu texto, a autora discorre acerca do surgimento da profissão, atrelada ao processo educacional, em uma época em que ocorreu o controle

sistemático da língua-pátria para neutralizar a influência dos imigrantes, povos nativos e pessoas negras escravizadas.

A fonoaudiologia cumpriu um papel central na garantia e construção dessa higienização e homogeneização da língua que se perpetua até os dias atuais. E é com base nesta prática, que reproduz uma ideologia dominante do período escravocrata que, neste texto, busco tecer uma crítica ao exercício fonoaudiológico a partir de um resgate histórico da língua no nosso país, perpassando pelas influências histórico-culturais nessa construção e consolidação, bem como compreender o papel político e ideológico da profissão na perpetuação de uma padronização de língua na contemporaneidade.

2. Metodologia

O método usado para construir o estudo foi a análise historicista, ou seja, uma análise epistemológica do acúmulo de conhecimentos existentes sobre acontecimentos/momentos históricos para construir novos saberes (FERNANDES, 2013). Optamos por este método por ele buscar entender e impulsionar um novo patamar heurístico, qual seja, o de formação de saber: ato criativo e construtivo com base em acontecimentos históricos (FERNANDES, 2013).

As autoras e os autores utilizados foram preferencialmente as/os latino americanas/os, considerando as particularidades na formação social deste continente, que impactam diretamente na organização econômica, política e cultural enquanto periferia do mundo (FLORESTAN, 2005), ou seja, a escolha das autoras e autores se estabeleceu por meio de aproximações teóricas que possibilitem compreender a constituição da língua de modo social e histórico. Algumas exceções de escritos de outros continentes aconteceram em decorrência da grande contribuição teórica destes/as autores/as, sendo necessariamente de perspectiva bakhtiniana e/ou marxista.

As abordagens teóricas foram definidas de acordo com três unidades de sentido mais amplas, são elas históricas, sociológicas e linguísticas.

No que se refere à revisão histórica e sociológica, utilizamos as contribuições do materialismo histórico, fundamentado no método dialético e suas bases, elaborado inicialmente por Marx e Engels. Para o materialismo histórico dialético, a produção e o intercâmbio entre seus produtos constituem a base de toda a ordem social. As causas geradoras de todas as alterações sociais devem ser procuradas não

nas pessoas individualmente, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios (GIL, 2008).

Sobre os elementos linguísticos, nos ancoramos em autores da perspectiva sócio-histórica, que tem como plano de fundo também o materialismo histórico dialético (FREITAS, 2002). Esta abordagem compreende o processo de apropriação da linguagem a partir de interações sociais mediadas por práticas discursivas, considerando a esfera social, o contexto imediato e o contexto mais amplo. Marcando assim, a heterogeneidade dos sujeitos, os lugares e as posições sociais historicamente construídas que atuam sobre as relações estabelecidas na interação dialógica, considerando as condições da produção verbal (SANTANA e SANTOS, 2017).

As abordagens e perspectivas teóricas estão imbricadas nos temas que costuraram nosso texto, trazendo a história da língua desde o período do Brasil colônia (1500-1850) até o Brasil capitalista dependente de hoje (a partir da Primeira República, 1889), para por fim fazer uma análise histórica crítica no que se refere aos saberes e as práticas fonoaudiológicas acerca da variedade linguística. Estes temas foram organizados na ordem de subtítulos 1) Português como língua oficial (brasileira?), 2) Língua em movimento, 3) Perspectivas fonoaudiológicas sobre variação linguística na contemporaneidade e por fim, 4) Caminhos para uma fonoaudiologia libertadora.

3. Português como língua oficial (brasileira?)

Antes e muito tempo durante a colonização, a língua mais falada no Brasil era o tupi, na região de São Paulo, e o tupinambá em toda a costa brasileira, desde o litoral paulista até o amazônico (BAGNO, 2003). No momento em que os portugueses chegaram aqui, de acordo com pesquisas do Instituto Socioambiental (2001), tínhamos cerca de 1.200 línguas indígenas diferentes faladas por cerca de cinco milhões de pessoas.

Durante as primeiras viagens, os colonizadores deixavam representantes no território, com a tarefa de aprender as línguas dos índios para poderem ser os tradutores aos portugueses (BERENBLUM, 2003). Surge desta forma, a figura da língua nesses primeiros anos do século XVI (DIAS, 1996).

A variedade de línguas faladas no Brasil dificultou a introdução e a imposição rápida do português colonizador, bem como a utilização do latim para catequese. No entanto, a comunicação com os povos nativos era fundamental para atingir os objetivos e interesses da colonização portuguesa (BERENBLUM, 2003). Com a finalidade de estabelecer essa língua comum entre indígenas, Coroa Portuguesa e missionários, o padre José de Anchieta sistematizou a primeira gramática no território. A publicação foi intitulada como “A arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil”, em 1595 (BERENBLUM, 2003). Foi nesse processo, através da interpretação dos jesuítas, nossa língua foi se enquadrando aos modelos da gramática ocidental.

Entre os anos de 1538 e 1855, o período de diáspora - tráfico e escravização - trouxe ao Brasil cerca de 18.000.000 de negros e negras de diversas regiões de África (ILARI, 1999). Essas pessoas foram selecionadas e distribuídas de forma estratégica, garantindo que não houvesse uma penetração muito significativa das línguas africanas no território brasileiro (DIAS, 1996).

Além disso, até o século XIX, era proibida a imprensa e a circulação de livros no Brasil. As bibliotecas eram apenas compostas por livros voltados à prática da catequese (MARIANI, 1996), impondo desse modo que, os missionários fossem os únicos a exercer práticas pedagógicas formais durante os dois primeiros séculos de vida colonial, através de seus colégios religiosos. Essa metodologia garantiu que até o século XIX, a cultura mantivesse um caráter praticamente oral com taxas altíssimas de analfabetismo (LAJOLO, 1996).

O poder que vai sendo autorizado aos missionários jesuítas, juntamente com a descoberta de minas de ouro no Brasil atçam os interesses da Coroa Portuguesa, que passa a ver a difusão do tupi como uma ameaça para a afirmação do português em um período marcado pela consolidação das línguas nacionais na Europa Ocidental (BERENBLUM, 2003).

É neste momento, que através da Carta Régia de 1727, os jesuítas são obrigados a ensinar português aos indígenas “para benefício da Coroa” (DIAS, 1996, p. 11). Trinta anos depois, em 1757, o Marquês de Pombal mediante legislação cria sua primeira medida autoritária institucional sobre as políticas linguísticas: expulsa os jesuítas da Colônia e prescreve ao mesmo tempo em que oficializa, o ensino da língua portuguesa em todo o território, decretando-o como obrigatório ao criar uma rede de ensino (BERENBLUM, 2003).

Em 1808, a família real portuguesa desembarca no Brasil, na nova capital do país, o Rio de Janeiro, significando uma grande mudança em termos econômicos,

sociais e culturais. Além deles, chegam cerca de 18 mil portugueses em fuga da invasão francesa em Portugal. Nesse período, é instalada a imprensa e a criação de dois jornais. Acompanhado disso, o Imperador criou um aparelho de censura do governo, com a função de ler e aprovar o que poderia ser publicado (MARIANI, 1993).

Na necessidade de arrecadar tributos e se instalar no Brasil após a invasão francesa em Portugal, a ideia de independência é trazida pela própria Corte.

A independência do Brasil [...] não foi feita contra a família real, mas pela própria família real portuguesa! [...] Foi um príncipe português que liderou o processo de emancipação política do Brasil, lutando contra os seus próprios súditos portugueses [...] (REIS, 1999, p. 46-47)

Ou seja, a Independência do Brasil é auto proclamada pela mesma pessoa que se auto proclama imperador, constituindo um Estado com base no modelo de Estado português, governado pela nobreza burocrática, em que a situação política não era muito diferente da do período Colonial (BERENBLUM, 2003). Tínhamos uma economia ainda essencialmente agrária de estrutura latifundiária, trabalho escravo e o poder se manteve nas mãos da elite branca europeia.

É a partir deste marco da independência que surge a necessidade de “inventar” uma identidade para o povo brasileiro, visto que a Colônia tinha deixado de herança uma grande heterogeneidade, que segundo eles, era preciso unificar/homogeneizar. É com este objetivo que é criado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (REIS, 1999).

Os pesquisadores do Instituto se concentraram na identificação das particularidades do sujeito brasileiro e da Nação brasileira, as relacionando com as diferenças e como continuidade da Colônia, visto que a colonização portuguesa era vista como bem sucedida, “já que trouxe a civilização européia, a religião cristã e tornou produtiva uma região abandonada e desconhecida” (REIS, 1999, p. 32).

Começa a ser pensado, portanto, um Brasil em termos de raça/etnia, em que sua particularidade estaria na mescla de três: o branco, o índio e o preto (REIS, 1999), configurando a ideologia do mito da democracia racial através do mestiço como figura identitária brasileira, impedindo a consciência objetiva do racismo. O mestiço seria a “raça” que incorpora as características dos povos indígenas e africanos, sem se diferenciar numa totalidade do colonizador europeu. Ou seja, a identidade definida como brasileira, é fruto da violência, estupro e manipulação sexual

dos brancos sobre as mulheres negras e indígenas escravizadas (GONZALEZ, 1984).

Em 1826, um deputado apresentou uma emenda para que os diplomas dos médicos fossem redigidos em *linguagem brasileira* (DIAS, 1996.; ORLANDI, 1988). Em 1827 se aprova uma lei que obriga professores a alfabetizarem em *língua nacional* (DIAS, 1996).

Andrea Berenblum (2003), educadora argentina, em seu livro “A invenção da língua oficial”, ressalta que a gramatização do português no Brasil surge de forma ambígua e contraditória, em que ao mesmo tempo que contribuía para a independência cultural do país, servia para homogeneizar e unificar a língua nacional brasileira.

Em 1837 se estabelece a primeira instituição escolar brasileira com a fundação do Colégio Pedro II, que colaborou imensamente no processo de unificação linguística. Nesse período se efetiva a gramatização da língua portuguesa no Brasil. A partir de 1880, é estabelecido um sistema educacional organizado, que fica responsável por publicar as primeiras gramáticas e dicionários. Em 1897, surge a Academia Brasileira de Letras, cuja função central era de “cuidar” da língua, da cultura e da literatura internacional (ORLANDI, 1988). O sistema nacional de educação contribuiu imensamente para que o português fosse se transformando em *língua materna*, elaborando um “modelo” de língua a ser seguido (BERENBLUM, 2003).

No final do século XIX, e início do XX se acentua o processo de urbanização que vem associado à diversificação da cafeicultura, à intensificação da atividade industrial, assim como, à efervescência político-cultural. As fábricas, desta forma, foram configurando a organização geográfica dos centros urbanos, gerando grandes concentrações de trabalhadores e trabalhadoras vindos de países e nacionalidades diversas, juntamente com uma massa de pessoas negras (BERBERIAN, 1997) ainda em condições análogas à escravidão.

Estes aglomerados populacionais eram compostos de uma variedade de hábitos, costumes e línguas, e por viverem em condições precárias, foram encontrando mecanismos próprios para atenderem suas necessidades básicas de subsistência ao passarem a se identificar enquanto grupo. E novamente, a burguesia branca, passa a identificar estas formas de organização como uma ameaça à tranquilidade social. E para dissolvê-los, por uma vertente biológica e organicista, os reprimiram através da demarcação de diferenças morais, de valores e comportamentos enquanto uma patologia social que devia ser curada (BERBERIAN, 1997).

Foi neste contexto, que foram difundidos discursos que defendiam a necessidade de mudanças nas diretrizes gerais da administração pública. Com objetivo de manipular, política e ideologicamente, a opinião social em torno de uma mesma questão: a restauração da República, a medicalização da sociedade e a construção de identidade brasileira. O que acabou por, a partir de 1910, propulsionar o surgimento de movimentos reformistas e moralizadores da República e de seus “cidadãos de bem”. Desses movimentos, o que se destacou foi a Liga da Defesa Nacional, que elaborou propostas de unificação nacional nos campos da educação, saúde, moral, cultural e organização racional do trabalho, fomentando a ideia de patologia social, demandando da participação de profissionais advindos de diversos ramos (BERBERIAN, 1997).

O discurso de padronização da língua dirigia-se principalmente às pessoas que apresentavam diferenças de linguagem em função das variedades dialetais. E é nestas condições que a prática fonoaudiológica com *status* de especialista surge: com o compromisso de criar a imagem do brasileiro-padrão, atrelando ações homogeneizadoras e disciplinadoras da língua, por meio de um discurso técnico-científico (BERBERIAN, 1997).

Nas décadas de 30 e 40, se estabelece um novo período de nossa história. Politicamente se consolida um Estado centralizado a partir da implementação do Estado Novo (1930-45) e no âmbito da economia, a transição de um modo de produção baseado na agropecuária para o capitalismo industrial (REIS, 1999). Nesse contexto, com a acelerada industrialização e urbanização, ocorre a emergência das classes médias e da pequena burguesia, e decresce a imigração por conta da crise mundial, ao mesmo tempo em que intensifica para as regiões Sul e Centro Sul do país.

Essas mudanças político-econômicas também implicaram em mudanças educacionais. O Estado passou a investir na educação superior com o objetivo de organizar o ensino industrial para formar uma mão-de-obra qualificada, nesse contexto, surge o SENAI, responsável pelo ensino profissionalizante dos operários (BERENBLUM, 2003).

A partir de 1943, a Academia Brasileira de Letras assina uma série de acordos ortográficos com a Academia de Ciências de Lisboa, com o objetivo de alcançar um ideal ortográfico com uma norma culta definitiva (MARIANI, 1996). Já em 1959, o Estado estabelece por meio de um decreto a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), com a intenção de padronizar o ensino da língua portuguesa no país (BERENBLUM, 2003).

Horta Nunes (1993) analisa a configuração de identidade nacional a partir do discurso de Gilberto Freyre na década de 20, ele afirma que, a língua nacional é produto das diferentes etnias, raízes linguísticas que existiam e existem no país, partindo do Português com a influência do Tupi e das línguas africanas (*Yorubá* e *Bantu* principalmente).

Lélia Gonzalez, professora, antropóloga e política brasileira introduz o conceito de pretuguês para se referir a nossa língua, demarcando os negros/as e indígenas não como sujeitos passivos e dominados durante todo este período histórico, mas como agentes lutadores e lutadoras, que até hoje resistem, em seus quilombos/favelas e que interferem diretamente na construção de identidade nação.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês.

E por falar em pretuguês, é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que, por sua vez, e juntamente com o ambundo, provém do tronco linguístico bantu que “casualmente” se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim. De repente bunda é língua, é linguagem, é sentido é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência européia, muito civilizado, etc e tal. Só que na hora de mostrar o que eles chamam de “coisas nossas”, é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora. (GONZALEZ, 1984).

O que vimos naquele período de disputa e de definição da identidade nacional linguística, facilmente identificamos nas críticas que Pinheiro Chagas fez a falta de correção linguística de José de Alencar em *Iracema* (1865), vimos ainda em

1996 com Lélia Gonzalez (como no trecho acima) e em 2002, durante a corrida eleitoral presidencial, em que Lula, trabalhador de chão de fábrica (metalúrgico) disputando a presidência do país, representava uma ameaça a sobrevivência da língua. Vemos por fim, uma prática fonoaudiológica, que ainda reproduz um fazer alienado ao tratar de variação linguística como um desvio da língua.

Considerando que somos agentes dialéticos, que transformam e são transformados pelo mundo e pela linguagem, e que nada no mundo é neutro (BAKHTIN, 2010), enquanto profissionais éticas/os diante de um sujeito devemos sempre nos questionar profundamente: qual a raiz dessa prática que estou exercendo? O que ela gera a curto, médio e longo prazo? Qual o viés ideológico em que ela se estabelece e capilariza? Quais são seus impactos no sujeito e para além dele?

Com base nos elementos históricos e sociológicos tratados, destacamos que, o português só se tornou a língua majoritária no Brasil depois de uma repressão sistemática, amparada por decretos e proibições, expulsões, perseguições e prisões, incluindo ainda, o extermínio massivo de falantes de outras línguas. Tanto no que compete aos seus saberes quanto às suas práticas, a fonoaudiologia, ao longo de sua constituição histórica e ainda hoje, se estabelece como uma profissão que contribuiu e contribui significativamente e substancialmente para a sustentação desta perspectiva patológica de variedade linguística, cuja raiz é de caráter ideológico, ao garantir o poder nas mãos de uma burguesia que dita as regras. Ou seja, o grupo dominante que detém poder político, econômico e cultural é também quem define qual será a “língua correta” (BAGNO, 2003). No entanto, cabe ressaltar que, os povos oprimidos não são passivos nesta história, eles deixam marcas em nossa língua e em nossa cultura de forma geral, e a maior prova disso, é o pretuguês.

4. Língua em movimento

Em consonância com autores da perspectiva sócio-histórica, em especial a partir dos pressupostos bakhtinianos, não há como se discutir a língua dissociadamente à linguagem. Para tanto, se faz necessário falar da relação entre linguagem, consciência e ideologia. Bakhtin (2010), em seu livro “Marxismo e filosofia da linguagem”, tece uma crítica ao entendimento de consciência sobre a linguagem, em que considera apenas o individual deixando de lado o social.

A linguagem é a condição necessária para a existência da ideologia, ou seja, a consciência só pode surgir e se firmar como realidade mediante a encarnação

material em forma de palavras. E essas palavras só se instauram no processo de interação social, tornando a consciência um fato sócio-ideológico, que se constrói e toma forma através das palavras ditas por um grupo (BAKHTIN, 2010).

Essas palavras trazem as marcas de um horizonte social de uma determinada época e dos grupos sociais que a produzem, sendo sempre atravessada pelas valorações sociais atribuídas a quem enuncia. O que ocorre concretamente é que as classes dominantes sempre resistirão às palavras enunciadas pela classe trabalhadora, na tentativa de preservar o juízo de valor atribuído à seu signo, visto que quem o determina é a ideologia burguesa (BAKHTIN, 2010).

A língua é essa materialização da linguagem humana, fruto do trabalho humano, o que implica dizer que é ideológica, ou seja, ela não se refere apenas ao momento imediato de troca com o outro, mas representa também um outro mundo para além do que é imediato da interação (Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso, 2013).

Compreendendo então que, nessa perspectiva teórica, a linguagem e a língua estão diretamente ligadas a realidade social, histórica e cultural de seus falantes e que esta, é ideológica, nos deteremos a apresentar os principais elementos que apontam para a compreensão de que a patologização das variações da língua são de ordem social.

De acordo com a perspectiva que norteia nosso estudo, cabe destacar que, a língua muda com o tempo, já que é impossível separá-la dos que falam. São os e as falantes que mudam e moldam a língua, ainda que, estes/as não tenham consciência disso. Esta mudança, segundo Faraco (2005), importante linguista brasileiro, é resultado da força centrífuga, em que as mudanças são produtos da história. A outra forma de mudança da língua é pelas forças centrípetas que puxam a língua para o centro, ou seja, tentam conter o impulso da mudança. Essas forças são exercidas pelas instituições sociais que tentam impor uma forma de controle sobre o destino da língua/idioma, com o objetivo de sustentar a hegemonia dominante, logo, seu poder. E que instituições são essas? As escolas, a Academia de Línguas, a tradição literária, gramáticas e dicionários, burocracias e instituições religiosas, e sugiro acrescentar ainda, a fonoaudiologia.

Além dos aspectos acima discorridos no que concerne à língua, cabe ainda acrescentar que, existem diferentes ritmos de mudança. Por exemplo, quando comparamos trabalhadores rurais e da periferia aos dos centros urbanos, nos deparamos com os do campo e da periferia simplesmente se deixando agir mais “livremente”, sem as forças externas (centrípetas) ou com menos influência delas.

As marcas “*fruta, paia*” por exemplo, são parte de escritos arcaicos e medievais que caíram em desuso, ou seja, os excluídos do sistema educacional conseguiram sustentar marcas culturais por mais tempo (FARACO, 2005). Estas são as variedades geográficas, ou seja, que dão lugar às linguagens urbanas e rurais/periféricas. Há ainda as variedades socioculturais, que são influenciadas por fatores relacionados à pessoa, como idade, gênero, raça/etnia, profissão, nível de escolaridade e classe social, que dão origem aos socioletos (variedades sociais) que são: o culto e o popular (BERENBLUM, 2003).

As variedades sociais, assim como as geográficas, precisam ser analisadas sob a ótica de classe, raça e gênero, em que o culto (norma padrão) é definido pelas classes dominantes brancas e masculinas, que têm acesso à cultura letrada; e o popular, o pretuguês, é a variedade estigmatizada, atrasada, sem acesso ao sistema educacional. Ou seja, a dicotomia entre culto-popular, prestigiado-estigmatizado, de nada tem a ver com a complexidade de seu uso, mas de uma construção social burguesa-racista-patriarcal que caracteriza nosso dizer como “cheio de vícios, erros e barbarismos” (BAGNO, 2003). Mediante esses elementos de análise, discutiremos na sequência, como tais elementos se configuram sob o olhar dos saberes e das práticas fonoaudiológicas na contemporaneidade.

5. Perspectivas fonoaudiológicas sobre a variação linguística na contemporaneidade

Neste capítulo, buscaremos esclarecer e discutir como os saberes e as práticas fonoaudiológicas na contemporaneidade compreendem a variação linguística. Encontramos na literatura, artigos fonoaudiológicos que direcionam uma atuação em contexto educacional, no entanto, as práticas propostas ainda hoje, reforçam a ideia da construção de uma instituição educacional disciplinadora, organizada em prol da saúde, articulada à construção da nacionalidade brasileira, ao fortalecimento da raça e ao engrandecimento da pátria. Tendo sua origem lá no século XIX, com a criação do Departamento de Higiene e Saúde Escolar, em que sua principal atribuição era selecionar e classificar os “anormais” (BERBERIAN, 1997).

Observamos também contradições, em suas análises e ações, em que embora reconheçam a variação linguística como uma característica inerente à língua brasileira, em suas práticas ainda buscam construir o *purismo linguístico* idealizado

no século XIX para retratar - superficialmente - a imagem de uma nação com cuidados (BERENBLUM, 2003). Há ainda, as que desde sua análise apontam para a concepção patológica de variedade que possuem, buscando “estratégias de reparo”³ à forma de dizer característica da região de estudo. Quanto à prática descrita, elas revelam a compreensão acerca das variações como desvios fonológicos, demarcando uma negação e um apagamento dos conflitos sociais provocados pela realidade histórica do multilinguismo (BAGNO, 2003).

Por desvio fonológico entende-se, o uso inadequado de segmentos da fala, ao comparado com a linguagem padrão do adulto da comunidade linguística que a pessoa vive (CERON, e KESKE-SOARES, , 2007). Deste modo, se estabelece um diagnóstico quando não há alterações orgânicas/morfológicas e ainda assim, reconhece-se que, a pessoa apresenta alterações (VIVAR, P.; LEÓN, H. 2009).

Essas pesquisas (RABELO, *et al*, 2011; ROSAL; CORDEIRO; QUEIROGA, 2013; MEZZOMO; LUIZ, 2012) revelam que tanto suas interpretações como suas práticas compreendem que o que a burguesia determinou como “falar correto” deve ser sustentado pela nossa profissão. A fonoaudiologia, juntamente com outros/as profissionais da área da saúde e da educação, continuam buscando a homogeneização da língua, desconsiderando os contextos efetivos de linguagem².

Cabe esclarecer que, entendemos que, os contextos efetivos de linguagem, dizem respeito ao fato de que a língua não é única e igual, mas que varia de acordo com o contexto necessário para sua existência e manifestação, e com os sujeitos envolvidos na interação. Afirmamos isso, com base na perspectiva dialógica, ou seja, ancorados em uma concepção de linguagem e de sujeito que são colocados em movimento dependendo do contexto imposto, revelando as disputas sobre os territórios da língua, da identidade, do imaginário e da alteridade (MONTENEGRO; BARROS; AZEVEDO, 2016).

Compreendemos portanto que, a partir desta perspectiva, torna-se insustentável o argumento do “erro” trazido recorrentemente pela psicanálise, ou de “desvio fonológico” por abordagens mais positivistas. Aqui partimos de uma concepção de linguagem bakhtiniana, materialista-histórico-dialética, a qual busca entender a produção de sentidos a partir da observação e análise da produção da língua/linguagem, considerando os sujeitos sociais e históricos em interações concretas que envolvem valores, ideologia, tensões e embates alteritários (MONTENEGRO; BARROS; AZEVEDO, 2016), ou seja, concebemos a linguagem em sua dimensão social, histórica, concreta, viva e inseparável dos sujeitos.

Enfatizamos ainda que, não podemos negligenciar as lacunas e desafios que impedem que todas as pessoas tenham condições de enunciar de acordo com o contexto de interação, pois vivemos em uma sociedade capitalista-patriarcal-racista, e estar neste contexto condiciona sujeitos específicos a determinadas limitações de acesso e de reconhecimento de suas enunciações, como já vimos anteriormente: o poder de decisão é ditado pelos mesmos que tem o poder de dizer e poder ser ouvido. Ou seja, de nada adianta saber falar de acordo com os sujeitos da interação, se você é uma pessoa sem poder econômico, racial ou de gênero.

Mediante a essa complexidade delineada nesse texto, cabe enfatizar que, é fundamental, portanto, buscar a raiz histórica tanto da profissão quanto da patologização de demandas que surgem no fazer fonoaudiológico, reconhecendo o que Bagno (1999) aponta como elemento essencial nas análises da língua: é preciso tratar a língua como tema político, visto que é uma das formas mais sutis e perversas de exclusão social.

A fonoaudiologia, frente a essa questão, não deve construir práticas paliativas, deve enfrentar as contradições impostas e estabelecidas historicamente, em busca da construção de caminhos para transformar a raiz de nossa profissão, é sobre isso que nos desafiamos a propor no próximo capítulo.

6. Caminhos para uma fonoaudiologia libertadora

Até aqui compreendemos que embora a fonoaudiologia já tenha avançado nessa discussão e que uma parcela considerável destas profissionais consideram que a língua não é homogênea, concretamente encontramos imensos desafios para se libertar do discurso autoritário da ideologia dominante burguesa ao qual fomos submetidas durante toda nossa vida.

Além deste aspecto de imersão social, há ainda o espaço escolar situado nesse mesmo espaço geográfico, político, econômico e cultural. A escola é o principal agente que demanda de nossa prática em situações de variação linguística em sala de aula. Esse comportamento é resultante do papel higienizante e moralizante que a escola passou a cumprir com o objetivo já citado anteriormente acerca da construção de um modelo/molde de sujeito brasileiro. A pedagogia, por meio da higiene escolar era responsável não só pelos “problemas” educacionais, como também pela saúde das crianças, visto que seu rendimento escolar deveria ser o mais

produtivo possível (BERBERIAN, 1997) de forma que preparasse esses sujeitos integralmente para o mercado de trabalho.

A higiene escolar com o auxílio da pedagogia, deveria contribuir para a criação de um ambiente propício ao crescimento das crianças e, conseqüentemente, da pátria. [...] Nesta direção, o papel dos médicos e dos professores nas escolas, enquanto agentes higienizadores e moralizadores, esteve sustentado e difuso na imagem de um profissional especializado e competente: o médico escolar (BERBERIAN, 1997 p. 83).

Com isso, Berberian (1997), aponta para o fato que, a natureza de nossa profissão (fonoaudiologia), foi constituída como desdobramento da imbricação de diferentes profissões cujo objetivo era unificar e purificar a língua. Nas entrelinhas a autora ainda deixa nítida a dimensão clínica construída dentro da escola, demandando que a escola além de espaço pedagógico também fosse e ainda se configura como um espaço clínico, de padronização de corpos perfeitos para produzir mais e melhor à burguesia.

Com base nessas críticas, fundamentadas em fatos históricos ocasionados por objetivos ideológicos, pretendo apontar caminhos por meio de contribuições tecidas por um pensador comprometido com a vida, pois não pensava em ideias, pensava na existência. Este homem é Paulo Freire, patrono da Educação Brasileira, de família pobre e nordestino, ao qual a família toda trabalhou para garantir que recebesse educação formal.

Freire, em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, publicado pela primeira vez em 1974, acreditava que era possível uma pedagogia enraizada na vida da classe trabalhadora, para que a partir dela e com ela, se inicie uma contínua retomada reflexiva de seus próprios caminhos de libertação, não como simples reflexo e reprodução, mas como exercício de reflexão e recriação, de forma que esse processo impossibilite a prática da dominação (FREIRE, 2019). Com base nessa tese, acreditamos ser possível construir também uma prática fonoaudiológica cuja tarefa seja a de dissolver a dominação burguesa e libertar as mentes colonizadas de nosso povo. De forma que, sejamos os autores e autoras de nossa própria história e não uma pequena parcela burguesa, a qual o sistema capitalista nos submete. De modo que, nossa história seja escrita com mãos negras e indígenas, de trabalhadores e trabalhadoras e não mãos ensanguentadas pelo genocídio de nosso povo. De maneira que, nossa história seja lida e contada em pretuguês e não português.

Dizer de uma prática enraizada na vida dos trabalhadores e trabalhadoras demanda diretamente de uma busca na história, como diz o guerreiro indígena no filme brasileiro “Histórias de amor e fúria” dirigido por Luiz Bolognesi, “*viver sem conhecer o passado é viver no escuro*” (2013), ou seja, não conseguiremos assumir a escrita de nossa história se não assumirmos quem pariu e gestou a cultura brasileira. É por isso que, o primeiro capítulo deste trabalho fez esta busca sociológica e histórica, para que possamos reconhecer em nossa profissão uma prática alinhada com a cultura colonizadora ocidental que busca ocultar indígenas e africanos na nossa formação social, e com isso, transformá-la, não individualmente nem por interesses exploratórios, mas em comunhão pela libertação (FREIRE, 2019).

Para que possamos construir esta prática coerente e ética, o primeiro passo é compreender que a existência humana não pode ser muda, silenciosa, muito menos se nutrir de falsas palavras, mas deve conter palavras verdadeiras que transformem o mundo. “*Existir, humanamente, é **pronunciar** o mundo, é modificá-lo. O mundo **pronunciado**, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos **pronunciantes**, a exige deles novo **pronunciar***” (FREIRE, 2019, p. 108).

Não é no silêncio que nos constituímos, mas nas palavras, na ação-reflexão, é por isso que não deve ser privilégio apenas de alguns homens poder enunciar e determinar qual será nossa economia, cultura, língua, hábitos mas deve ser direito de *todas* as pessoas. Desta forma, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho ou dizer *para* os outros, mas precisa construir em seu fazer, articulações ou planejamentos que estabeleçam o diálogo, pois ele é o encontro *com* o outro, mediado pelo mundo de forma que não se esgote apenas na relação eu-tu (FREIRE, 2019).

Destacamos que, a partir desses pressupostos, fonoaudiólogos/os e sujeitos, - pessoas de outras áreas, sejam eles pedagogos/as ou usuários/as do serviço em busca de atendimento - enraizados à realidade, devem se encontrar em uma tarefa em que ambos são os sujeitos no ato, não só no sentido de identificar e criticamente conhecer, mas também de recriar novos conhecimentos e consensos, visto que ao alcançarem na reflexão e ação em comum, o que sabem de sua realidade lhes dá condição de se reconhecer enquanto refazedores permanentes em busca de sua libertação, garantindo mais que uma pseudoparticipação, mas sobretudo, aquilo que deve ser: um engajamento sobre seu próprio rumo.

Para encerrar, a partir dos apontamentos de Paulo Freire, consideramos que, alguns sentimentos são necessários para a construção dessa transformação clínica, pedagógica e social através do diálogo. O primeiro é o profundo amor ao mundo e ao povo. Che Guevara (1964) nos deixa esse lema já em 1967, dizia que

não era possível pronunciar o mundo se não há amor que o infunda. O amor é quem fundamenta o diálogo, é o ato de coragem que firma nosso compromisso com o povo. Onde quer que estejam os oprimidos e explorados, o amor está em se comprometer com sua/nossa causa, a causa da libertação, e esse compromisso por ser amoroso, é dialógico (FREIRE,2019).

O outro sentimento é a fé no povo, visto que sem isto o diálogo se torna impossível. Devemos ter fé no poder de fazer e refazer, de criar e recriar, na vocação de *ser mais*, de reconhecer que não é privilégio de alguns poucos, mas direito de todos e todas.

Se a fé nos homens é um dado *a priori* do diálogo, a confiança se instaura com ele. A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na pronúncia do mundo. [...] Um falso amor, uma debilitada fé nas pessoas não podem gerar confiança. A confiança implica o testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções (FREIRE, 2019, p. 113).

E por fim, não existe diálogo sem esperança, é ela a própria essência da imperfeição da humanidade. Não a esperança de cruzar os braços e esperar, mas a esperança que se move enquanto lutamos, e se lutamos com esperança, esperamos.

7. Considerações Finais

Considerando a formação social brasileira e a reconhecendo como história que costura a construção da fonoaudiologia no Brasil, podemos afirmar que nossa profissão é fundada como ferramenta para a sustentação da dominação burguesa sobre a classe trabalhadora por meio da língua, função esta que inúmeros profissionais, de uma perspectiva teórica hegemônica, insistem em reproduzir até a atualidade. Essa dominação se dá pela categorização e hierarquização de qual língua deve ser aceita e concedida enquanto correta e superior às demais. A que exerce poder é a língua central, portuguesa, resultado de um processo educacional formal, mais conhecida como língua padrão de acordo com as determinações burguesas, e o que se “encaixa” enquanto variedade linguística, desvio fonológico é a língua periférica, sujeita a modulações fonoaudiológicas, desconsiderando o

contexto sócio-histórico em que se constitui e a valoração cultural que significa uma língua situada.

Essa reprodução da prática fonoaudiológica na contemporaneidade não se dá de forma consciente, mas de forma alienada, modo pelo qual o capitalismo condiciona a classe trabalhadora a partir das relações de produção (MÉSZÁROS, 2006), fazendo com que o sujeito não reflita sobre suas práticas, mas se distancie/ estranhe o produto fruto de seu trabalho e apenas reproduza o que é resultado de sua socialização, ou seja, o que lhe é ensinado com base na ideologia dominante. Desse modo, a constituição da fonoaudiologia, o alicerce de seus saberes e de suas práticas desde a sua origem, assim como as imposições frente à língua desde o período do Brasil Colônia, foram sustentados pela hegemonia burguesa, branca e masculina.

É por isso que a fonoaudiologia hegemônica deve se forjar a refletir sobre qual a raiz dessa prática exercida, compreendendo suas contradições, o que ela gera a curto, médio e longo prazo, qual o viés ideológico em que ela se estabelece e capitaliza e quais são seus impactos no sujeito e para além dele. Estas são questões não apenas para cientistas sociais responderem, mas sobretudo, para sujeitos dispostos a transformar a realidade a qual estamos submetidos/as, ao invés de sustentá-las por meio de práticas profissionais e cotidianas alienantes e reprodutoras.

No entanto, nossa profissão não se finda em questionamentos e no reprodutivismo acrítico, estes são apenas parte do caminho, é pelas respostas a estas perguntas que devemos nos forjar a construir um outro fazer fonoaudiológico, um fazer que traga movimento por meio do diálogo como nos deixou de ensinamento Paulo Freire, em que o profissional não seja o provedor da cura e resolução dos problemas do sujeito que o demanda, mas que paciente-agente-protagonista, juntamente com trabalhadores da linguagem e da língua encontrem os melhores caminhos para a libertação não apenas da língua e de nossos discursos, mas sobretudo, de nossas mentes e dos saberes e práticas historicamente colonizados.



8. Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. Língua oculta: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Editorial Parábola, 2003.

BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico: o que é, como se faz. E dições Loyola, São Paulo, 1999.

BAKHTIN, M. M; VOLOCHÍNOV. V. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 14.ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Oliveira. São Paulo: Hucitec, 2010 [1929].

BERENBLUM, Andrea. A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BERBERIAN, Ana Paula. Fonoaudiologia e Educação: um encontro histórico. Editora Plexus, 1997.

CERON M., KESKE-SOARES M. Terapia fonológica: a generalização a itens não utilizados no tratamento (outras palavras). Rev CEFAC. 2007;9(4):453-60

DIAS, Luiz Francisco. Os sentidos do idioma nacional. As bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

FARACO, Carlos Alberto. Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da histórica das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERNANDES, Carlos Roberto. Método historístico: da análise epistemológica à técnica e análise historística. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 11, n. 2, p. 272-286, ago./dez. 2013.

FRANCHI, C. Linguagem - Atividade constitutiva. In: *Almanaque*, São Paulo, Brasiliense, 1977.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. Cadernos de Pesquisa, n. 116, p. 21-39, julho/ 2002.

GARCIA, Elias. Pesquisa Bibliográfica versus Revisão Bibliográfica - uma discussão necessária. Revista Línguas & Letras, 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Editora Atlas S.A., 4ª edição. São Paulo, 2002.

GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas S.A., 6ª edição. São Paulo, 2008.

GERALDI, J. W. Linguagem e ensino. Exercício de militância e divulgação. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Revista Ciências Sociais Hoje, 1984.

Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso. Palavras e contrapalavras: glossariando conceitos, categorias e noções de Bakhtin. São Carlos: João & Pedro Editores, 2013.

GUEVARA, Ernesto. Obra revolucionária. México: Ediciones Era S.A., 1964, p. 637-38.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcello Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

HORTA NUNES, Jose. A gramática de Anchieta e as partes do discurso. In: GUIMARÃES, E. ORLANDI, E. (Orgs). Língua e Cidadania. O português no Brasil. Campinas: Pontes, 1993.

Instituto Socioambiental. Relatório Anual de Atividades 2000. São Paulo, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. Editora Brasiliense. São Paulo: 1942

LAJOLO, Marisa. Oralidade, um passaporte para a cidadania literária brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (Orgs). Língua e cidadania. O português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

Luiz Bolognesi. Longa metragem: Histórias de amor e furia. Gullane e Buriti Filmes, 2013

MARIANI, Bethania. As academias do século XVIII - Um certo discurso sobre a histórica e sobre a linguagem do Brasil. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (Orgs). Língua e cidadania. O português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

_____. Os primórdios da imprensa no Brasil. In: ORLANDI, E. (Org). Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993.

MEZZOMO, C. L.; LUIZ, S. W. Interferência da variante linguística nas estratégias de reparo utilizadas no processo de aquisição fonológica. Santa Maria: J. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia. 2012; 24 (3); 239-47.

MÉSZÁROS, István. Teoria da Alienação em Marx. Tradução: Isa Tavares. Editora Boi Tempo. São Paulo, 2006.

MONTENEGRO, Ana Cristina; BARROS, Isabela Barbosa; AZEVEDO, Nadia Pereira. Fonoaudiologia e Linguística: teoria e prática. Editora e Livraria Appris Ltda. 1 ed. Curitiba, 2016.

ORLANDI, E. Discurso e leitura. Campinas, Cortez, 1988.

RABELO, A. T.; ALVES, C. R.; GOULART, L. M.; FRICHEEE, A. A.; LEMOS, S. M.; CAMPOS, F. R.; FRICHE, C. P. Alterações de fala em escolares na cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: J. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2011; 344-350.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ROSAL, A. G.; CORDEIRO, A. A.; QUEIROGA, B. A. Consciência Fonológica eo Desenvolvimento do sistema fonológico em crianças de escolas públicas e particulares. Pernambuco: Rev. CEFAC. 2013; 15(4): 837-846.

SAFFIOTI, Heleieth I. . O Poder do Macho. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTANA, A. P.; SANTOS, K. P. A perspectiva enunciativo-discursiva de Bakhtin e a análise da linguagem na clínica fonoaudiológica. Bakhtiniana, São Paulo. Maio/Ago, 2017.

SOUZA, M.; CARVALHO, R. O ensino da língua culta e das variedades linguísticas. Cadernos do CNLF, vol. XXI, n. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2017.

VIVAR P, LEÓN H. Desarrollo fonológico-fonético en un grupo de niños entre 3 y 5,11 años. Rev CEFAC. 2009;11(2):190-8